



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ



APROVADO
Sala das Sessões 03 novembro 1982
Presidente

ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO - ESTADO DO PARANÁ.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e três, às 20:00 h, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, sita à Rua Benedito Soares Pinto, nº 2.126, nesta cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, reuniu-se a Assembléia Legislativa Municipal para a sua 30ª sessão ordinária do atual período parlamentar. Verificado o quorum legal, com a invocação da Oração do Pai Nosso, a proteção de Deus e sob a presidência do excelentíssimo Vereador Darci Antonio Andreassa, foi declarada aberta a sessão presentes os vereadores : Achilles Amadeu Munaretto, Alfredo Ivo Gadens, Carlos Augusto Weber, Edson Leucz, Fidelcina Augusta Santos Rocha, João Maria Zanlorenzi, José Lino Hann, Juarez Buttore de Oliveira, Lourival Antonio Netzel, Marcos Luiz Vanin e Pedro Alberto Barausse. Dando início aos trabalhos o Excelentíssimo Sr. Presidente determinou, e eu, Vereador Darley Jorge Adad, 1º Secretário, procedi a leitura da ata da sessão anterior (18.10), a qual foi aprovada por unanimidade, com as seguintes emendas e retificações : O Vereador João Maria Zanlorenzi pediu que ficasse consignado que quando das indagações feitas aos Vereadores Marcos Luiz Vanin e Alfredo Ivo Gadens, à respeito da CPI do CEPAG, não obteve qualquer resposta dos inquisitados. O Vereador Lourival Antonio Netzel solicitou fosse retirada a palavra " bolas ", do texto que diz : " ..., contra o Newton Puppi, por desvios de bolas, pneus, terrenos e outras coisas mais. " O Vereador Carlos Augusto Weber solicitou ficasse consignado que teve a infelicidade de uma das cinquenta empresas que representava ter quebrado; e que Raul Negrão é expropriário da Serralheria N. S. Aparecida. Isto assentado, procedi a leitura da matéria em pauta, findo o que foi concedida a palavra aos Vereadores inscritos no expediente. O VEREADOR LOURIVAL ANTONIO NETZEL : Sr. Presidente, Srs. Vereadores : primeiramente, como não haverá oportunidade para se discutir o parecer da Comissão Especial de Investigação que apurou irregularidades no CEPAG, quero fazer, em meu nome e também em nome dos Vereadores Pedro Alberto Barausse, Juarez Buttore de Oliveira, Carlos Augusto Weber, João Maria Zanlorenzie José Lino Hann, a seguinte justificativa : " Senhor Presidente. Considerando que os trabalhos da Comissão, não atenderam os princípios e regras, contidos no art. 50 do R.I. desta Casa de Leis, roga-se e, espera-se que seja consignado na ata desta sessão, que o voto favorável ao relatório em exame, que ora se manifesta publicamente é dado no sentido de dar oportunidade ao poder Executivo e Judiciário de aprofundarem a pesquisa dos atos investigatórios até final apuração e responsabilidade pela prática dos mesmos " (Obs.: a justificação aqui transcrita é cópia do original apresentado ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Mesa, e vem assinada pelos Vereadores citados, e ficará arquivada nos anais desta Casa, conforme solicitação dos seus subscritores). Reportando-se ainda sobre o relatório final da Comissão Lourival



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ



tes nossos colegas não elaboraram a resolução do parecer, servindo se da Comissão para fins unicamente políticos, pois apenas indicam fatos, não precisando quem os praticou. Vejam os senhores que os fatos apontados como irregulares vazaram na imprensa antes mesmo que esta Casa à respeito deles tivesse se pronunciado. Entende o ilustre Vereador que em tal fato existe implícita uma auto defesa do perito que levou a efeito a auditoria no CEPAG, o proprietário da EXPERT, o qual é também presidente do Sindicato de Proteção do Contribuinte, e que andou pagando matérias em jornais à respeito da CPI do CEPAG. Nosso protesto também o é em função das declarações do Vereador Marcos Vanin de que teria pago "por fora" para que a Expert realizasse a auditoria, o que a torna, sem dúvida, suspeitíssima. Não temos, nem nunca tivemos a preocupação de obstruir a votação do relatório, preocupando-nos isto sim, que esta CPI, como tantas outras, não acabe sendo arquivada por falta de conclusão de um trabalho que deveria ter sido sério e consciencioso. Votamos sob protesto, pois como já é do sobejo conhecimento de todos, os trabalhos da CPI, além de incompletos, não respeitaram os ditamos regimentais. O protesto de nossa bancada se faz exatamente no sentido de que não podemos, ante o que aqui foi exposto, passar um atestado de burrice votando algo sem valor e totalmente anti-regimental. Todavia, não queremos ser omissos, pois todas as questões levantadas no CEPAG devem ser apuradas, e que os envolvidos, e que não foram citados no relatório, sejam responsabilizados na forma da lei, e que o Sr. Prefeito possa, a partir do momento em que tomar conhecimento formal de denúncia, determinar a abertura de um processo administrativo para apurar as responsabilidades. Obrigado. O VEREADOR MARCOR LUIZ VANIN. Sr. Presidente, srs. vereadores: Como presidente da CPI do CEPAG, a satisfação não foi o sentimento que me regeu nesta investigação. Como vereador e como cidadão magoa e desagrada-me saber que houveram tantas irregularidades no CEPAG. Mas também como cidadão e vereador jamais poderia deixar de investigar irregularidades. Aprendi, desde pequeno, com meu honrado pai, que as maiores virtudes num homem são a honra e a dignidade. E ser homem de virtude é fator primordial para concorrer a um cargo público e assumi-lo. Como vereador falo, não só por mim, mas por todos quantos em mim confiaram. O vereador sózinho não é ninguém; tem um mandato, mas não está em sintonia com a população. Ao apurar as irregularidades do CEPAG, fomos buscar a assessoria de peritos, de pessoas que realmente conhecem o assunto contábil. Agindo assim, nada inovamos, pois esta é uma prática rotineira em parlamentos. Ilustres juristas são contratados especialmente para emprestar apoio e dar opiniões técnicas sobre os mais diversos assuntos em CPIs tanto no Senado como na Câmara Federal, e em Assembléias Legislativas. Quem não ouviu falar de Manoel Bandeira de Melo, de Celso Bastos e tantos outros, que foram autores de pareceres que ajudaram nas conclusões de CPIs. Porque nós aqui em Campo Largo não podemos se utilizar deste artifício legal. A EXPERT, empresa que contratamos, é idônea, e seus sócios são pessoas honestas, competentes e professores universitários com larga experiência na área em que atuam. Se não tivéssemos o assessoramento da EXPERT dificilmente chegaríamos e teríamos tido conhecimento das falcatruas e dos desmandos no CEPAG, e que dirá um dia poder punir os implicados. Srs. Vereadores, outro pelo colega Jo



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ



to mais do que um membro, pois foi um incentivador e um dos primeiros que lutaram para que o processo investigatório chegasse a um final conclusivo. Estranhamente Vossa Excelência, no último momento, deixou de assinar o relatório, negando-se peremptoriamente a isto, e perante esta Casa tentou justificar sua conduta. Quero deixar bem claro que estas suas ponderações se afastam em muito da verdade, pois Vossa Excelência, mais do que ninguém acompanhou - par e passo todos os trabalhos da Comissão, tendo inclusive levado os peritos até as filiais do CEPAG no interior. O relatório final, por imposição de Vossa Excelência chegou a ser modificado. Modificou-se o parecer, e o mesmo continuou sem a sua assinatura. Entendo esta sua posição, pois vossa Excelência confessou-me ter recebido ameaças via telefone, exigindo mudanças no relatório. Eu também já fui ameaçado, entretanto, quando optei por ser vereador precisei optar entre o medo e a minha consciência. Tenho certeza que Vossa Excelência também o fez, e como esta informado e bem ciente das irregularidades apontadas, deverá, tenho plena convicção, votar pela aprovação do mesmo. O vereador Netzel, por sua vez, me chama de irresponsável e de inexperiente. Quero dizer ao nobre colega que inexperiente posso ser, pois não tenho como o Senhor a experiência de quatro mandatos e nunca ocupei cargo público. Também fala que estou fazendo o jogo dos que se acham experts, fazendo alusão ao candidato do meu partido, Sr. Newton Puppi. Experto, Sr. Vereador, são aqueles que se aproveitaram do dinheiro público do CEPAG, de maneira ilícita pensando que jamais seriam descobertos. A inexperiência não é sinônimo de corrupção, de ladrão e de safado. Pensei um dia em ser fiscal da coisa pública, mas pasmem, me transformaram em inquisitor, em ladrão e estão pensando até em cassar o meu mandato. Cassação de mandato é para corrupto, e isto eu não sou. O relatório final da Comissão só aponta fatos, não indica nomes, pois não estamos julgando ninguém, e o sagrado direito de ampla defesa será dado oportunamente no Judiciário. Assim, aquele que aqui quizer se defender estará assinando sua nota de culpa. Outrossim, não podemos passar para a história como um Legislativo que tenha tido amplos poderes investigatórios e não os tenha tido a coragem de usá-los. Os fatos apurados no CEPAG são gravíssimos, e temos agora a oportunidade única de readquirir a confiança de nosso povo. Outros fatos e assuntos estão sendo atravessados para desviar a atenção, trazem à baila os senhores Vereadores da situação assuntos antigos e mal resolvidos, como o caso da rodoviária, terreno da Cerâmica Campo Largo, etc. Estes assuntos serão oportunamente debatidos. Por ora, cabe-nos resolver as irregularidades do CEPAG. Como os senhores, eu também gostaria que não tivessem havido tantas falcatruas e desmandos, tantos atos ilícitos com o dinheiro público. São tantas as irregularidades constatadas, que até me dá nojo enumerá-las. Por isso o nobre Vereador João Maria Zanlorenzi, que sabe tanto quanto eu, e até mais sobre este relatório, precisa saber que decepcionou-me sua atitude e indignou-me suas palavras. Sua posição, entretanto, em não querer assinar o relatório foi benéfica na medida que despertou Campo Largo, o Paraná e o Brasil para as falcatruas e artimanhas do poder, suas becesses e vantagens. Felizmente a imprensa nacional registrou os episódios do CEPAG, e mais uma vez Campo Largo comparece perante a opinião pública em fatos tristes e lamentáveis. Que só denoncem a



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ



mara, a qual aprendi a amar a a respeitar, não fosse marcada pela omissão, quanto mais pela convivência. Srs. Vereadores, a população aqui presente e que agora esta silente, e também a população que esta em suas casas, tem os olhos voltados para nós, ou votamos por eles ou abafamos mais uma irregularidade. Tenho certeza - que ao final desta sessão, com o nosso voto srs. Vereadores, esta remos mais perto das aspirações populares. Não sou juiz, sou um Vereador. Não acuso ninguém. Apresento fatos. Minha consciência - um dia jamais irá me cobrar isto, e isto, graças a Deus, paramim é o que interessa. Muito obrigado. O VEREADOR JUAREZ BUTTURE DE OLIVEIRA: Sr. Presidente, senhores Vereadores; imprensa escrita, falada: é hoje nossa Câmara também premiada com a televisão. Lamentase que a presença da televisão seja marcada apenas por fatos que denigrem nossa cidade. Trago ao conhecimento desta Casa, e gostaria, neste momento, de rogar o apoio integral da imprensa - na divulgação destes fatos, porque o que eu trago ao conhecimento dos senhores, apesar de todas as mazelas, apesar de toda esta situação constrangedora, devo esta explicação: Bateias merece maior projeção no cenário municipal, isto porque lá se desenvolve, através do Conselho Comunitário de Bateias em parceria com a LBA, um programa de alimentação o qual inclui a aquisição de 54 bezerras de raça. Estas bezerras entregues ao povo de Bateias, foram adquiridas pelos respectivos agricultores, na equivalência milho, isto é 50% do valor dos animais. Cada bezerra foi avaliada - por 24 sacas de milho. Logo, cada adquirente pagou 12 sacas de milho para cada animal comprado, ou seja 50% do seu valor. Bateias merece uma melhor projeção isto porque, as 45 bezerras que estão vivas, pesam hoje em torno de 400 kg., e nos deram 11.655 - kg. de alimentos, pois o milho pago foi beneficiado em farinha e fubá, perfazendo cerca de 12 toneladas de alimentos. Relatou também que Bateias participa hoje do Programa de Alimentação do Município, e merece destaque na imprensa, pois todo este fubá e farinha de milho, estão alimentando nossas crianças. Temos cerca de 15 mil crianças beneficiadas diretamente com este programa. São 55 escolas municipais e 8 entidades filantrópicas que terão suas necessidades supridas durante 3 meses no mínimo. Temos aqui, neste particular, que elogiar o carinho e a dedicação do Sr. Ceslau, técnico de Emater, que tem dado apoio e acompanhamento ao programa. O nobre Vereador, outrossim, mostrou-se indignado com o mar de lama que assola Campo Largo. Disse que o baixo nível vem predominando nos debates desta Casa e que isto não pode prevalecer. Os tons exacerbados, os espezinhamentos e agressões verbais devem - ter um basta, pois este ânimo não agrada a população, e encontra eco em apenas alguns que, insuflados, procuram tirar proveito desta situação. Temos que brindar Campo Largo com outras atitudes - mais consentâneas e condizentes com o nível e as tradições desta Casa. Brindaremos Campo Largo aprovando o relatório da CPI do CEPAG, não frustrando as aspirações do nosso povo. Todavia, este - nosso protesto e que foi exposto pelo Vereador Netzel, e que me permitam os Vereadores Vanin e Gadens, deve-se ao fato de ser eu muito apegado ao Regimento Interno e a Lei Orgânica, e fica como prova do meu descontentamento pelo não cumprimento integral das emanções daqueles códigos. Entretanto, não gostaria de ver impunes as responsáveis pelas irregularidades apontadas, como esta



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

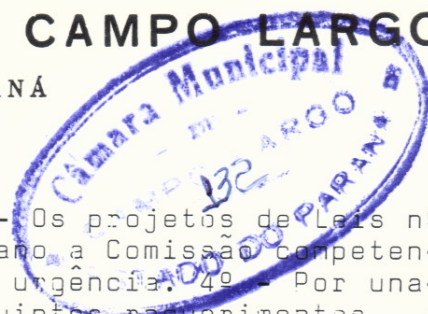


para que assim possamos coibir maracutais, punir falcatruas, e sobretudo os safados que infestam a vida pública brasileira. Sou contra a impunidade, doa a quem doer. Que a votação deste relatório faça serenar os ânimos nesta Casa, e que assim com a consciência tranqüila possamos raciocinar em prol do bem comum desta - nossa querida Campo Largo. Se soubermos calar nossos impulsos nos momentos que nos agridem ou ofendem, estaremos dando um grande passo em direção ao nosso controle e aperfeiçoamento pessoal e moral. Não é fácil calar ante uma ofensa. Porém, aquele que cala - mostra idubitavelmente superioridade moral. Orar por aqueles que nos ofendem e caluniam é ainda mais sublime e digno das grandes almas. Só a calma nos embate mostra realmente aquele que é mais forte. Obrigado. O VEREADOR ACHILLES AMADEU MUNARETTO : Sr. Presidente, srs. Vereadores : quando resolvi ser vereador, declarei ser um idealista, e que aqui vinha para ser o representante digno e honrado do povo que me elegeu. Queria eu iniciar nesta Casa uma nova comunidade, conscientizado de que a política é passageira, e que o respeito e a amizade devem prevalecer sempre. Porisso venho conclamar que cessem os ataques pessoais que tem sido a tônica - nas últimas sessões, pois o povo espera de nós um destaque diferente, dirigido no sentido da resolução de seus problemas. Disse outrossim o ilustre Vereador, que recebeu, juntamente com os Vereadores João Maria Zanlorenzi e José Lino Hann, a incumbência de realizar um trabalho investigatório para apurar possíveis irregularidades na COCEL. Com espírito desarmado e dentro das prerrogativas legais, demos início a esta árdua caminhada, para com as mãos limpas, num diálogo franco e aberto, honesto e cortez, pudéssemos trazer à luz os esclarecimentos que a população quer e precisa saber. Com exceção dos balancetes, cópias, dos anos de 1.991 para cá, toda documentação nos foi apresentada. Ao exigir os balancetes, começou o nosso calvário e passamos a ser tratados, especialmente eu, vereador da oposição, como se fossemos moleques - sem qualquer responsabilidades, olvidando-se que ali estavamos como Presidente de uma CPI e como Vereador, portanto, dentro de todas as prerrogativas legais. Diante das negativas, lançamos mão, junto ao Juízo de Direito desta Comarca, de mandado de segurança, e assim, de posse de um mandado judicial me foram apresentados os balancetes. Estes balancetes são importantes para as conclusões da CPI, embora os dois outros membros da Comissão assim não o entendam. Nos balancetes estão retratados todos os salários e encargos da COCEL com seus diretores. Assim, lancei mão da prerrogativa judicial para resgatar a dignidade desta Casa e que foi aviltada pelos diretores da COCEL, Sr. Affonso Portugal Guimarães e Celso - Teixeira. O Poder Legislativo tem prerrogativas constitucionais e o Vereador munido de sua investidura não pode ser humilhado e espezinhado. Findo o expediente por ter-se esgotado o seu prazo, o Excelentíssimo Sr. Presidente assegurou a continuidade do pronunciamento do Vereador Achilles Munaretto, na próxima sessão, em primeiro lugar, face não ter se esgotado o seu prazo regimental. Em seguida o Plenário passou a deliberar sobre a matéria constante da pauta da ordem do dia : 1ª Por unanimidade, e em votação nominal, inclusive com o voto simbólico do Sr. Presidente, foi aprovado o relatório final da Comissão Especial de Inquérito constituída para apurar irregularidades no CFPAG. 2ª - Por unanimidade fo



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ



CR\$ 76.750.000,00 e CR\$ 1.000.000,00. 3º - Os projetos de Leis nº 026 e 025/93 do Executivo, baixaram de plano a Comissão competente, eis que não acompanhados de regime de urgência. 4º - Por unanimidade o Plenário aprovou ainda, os seguintes requerimentos : a) do Vereador João Maria Zanlorenzi, que solicita colocação de redutor de velocidade na Rua XV de Novembro com a av. Ademar de Barros; b) do Vereador Darci Antonio Andreassa, que solicita informações do Executivo Municipal sobre o FAPEN; c) Dois requerimentos dos Vereadores Pedro Alberto Barausse e Lourival Antonio Netzel, que solicitam : informações ao Executivo com relação às viagens do ex-prefeito Newton Puppi ao Japão e Espanha, e envio de ofício ao Executivo pedindo certidão em que constem processos em que o advogado Pedro Angelo Andreassa, figurou contra o Município, judicial e administrativamente; d) requerimento dos Vereadores Pedro Alberto Barausse, João Maria Zanlorenzi e Lourival Antonio Netzel que solicitam envio de ofício a COCEL, pedindo informações no que diz respeito a vereadores que prestaram ou prestam serviços e recebem direta ou indiretamente daquela companhia; e) requerimento dos Vereadores João Maria Zanlorenzi, Pedro Alberto Barausse, José Lino Hann, Edson Leuqz que solicitam seja enviado ofício a Receita Federal, pedindo as declarações de renda, dos últimos 20 anos, dos ex-prefeitos Newton Puppi, Carlos Zanlorenzi e Affonso Portugal Guimarães. Discutiram este pedido os Vereadores Pedro Alberto Barausse, Alfredo Gadens, Lourival Netzel, Achilles Munaretto, Carlos Weber e Edson Leuqz. cabe ressaltar que este requerimento foi aprovado por maioria de votos; f) requerimento do Presidente da Comissão Especial de Inquerito criada para apurar irregularidades na COCEL, pedindo mais dez dias de prazo para examinar parecer, foi rejeitado por maioria de votos. Discutiram o pedido os Vereadores Achilles Munaretto, Lourival Netzel, João Maria Zanlorenzi, Edson Leuqz, Carlos Weber, Alfredo Gadens e Pedro Barausse; g) Requerimento do Sr. Newton Puppi, que solicita uso da tribuna livre. Este requerimento foi rejeitado por maioria de votos, tendo sido discutido pelos vereadores Lourival Netzel, Marco Vanin, Carlos Weber, Edson Leuqz, Juarez Buttura de Oliveira e João Zanlorenzi. Findas as matérias sujeitas a deliberação do plenário, foi dada a palavra aos vereadores inscritos nas explicações pessoais, a saber : Alfredo Gadens, Fidelcina A. S. Rocha, Achilles Munaretto, que solicitou envio de ofício parabenizando a Grupo Lorenzetti pelos seus 70 anos de fundação; Pedro Alberto Barausse, que solicitou envio de ofício de condolência para a família do falecido José Vilsek Filho; Juarez Buttura de Oliveira, João Maria Zanlorenzi, Edson Leuqz, Lourival Netzel e Carlos Augusto Weber que pediu constasse em ata o seguinte : o meu voto sr. Presidente, com relação a CPI do CEPAG é no sentido de aprovar a moção do relatório para encaminhar os resultados desta investigação ao Poder Executivo e Judiciário onde poderá ser feito um aprofundamento técnico e criterioso de tudo o que foi apurado, com total isenção de ânimo, que lamentavelmente esta Casa de Leis não pode dar a esta matéria de tão grande importância para a população. Os trabalhos da Comissão se exauriram sem que fossem cumpridos os prazos regimentais, e porque existem sérios indícios de ter havido manipulação e corrupção ativa e passiva na elaboração do relatório. Nada mais havendo a tratar, foi marcado o próximo